



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS**

**BRENDA DE PAULA ARAUJO
OLIVEIRA**

**ABASTECIMENTO ALIMENTAR E OS CIRCUITOS CURTOS DE
COMERCIALIZAÇÃO EM CARMO DA CACHOEIRA-MG: UM ESTUDO
SOBRE SUA IMPORTÂNCIA E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA**

**VARGINHA/
MG 2022**

**BRENDA DE PAULA ARAUJO
OLIVEIRA**

**ABASTECIMENTO ALIMENTAR E OS CIRCUITOS CURTOS DE
COMERCIALIZAÇÃO EM CARMO DA CACHOEIRA-MG: UM ESTUDO
SOBRE SUA IMPORTÂNCIA E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA**

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientador: Prof. Luiz Antonio Staub Mafra

**VARGINHA/
MG 2022**

**ABASTECIMENTO ALIMENTAR E OS CIRCUITOS CURTOS DE
COMERCIALIZAÇÃO EM CARMO DA CACHOEIRA-MG: UM ESTUDO
SOBRE SUA IMPORTÂNCIA E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA**

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do Piepex (TCP) apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 08 de Abril de 2022

Prof. Luiz Antonio Staub Mafra
Universidade Federal de Alfenas MG

Prof.^a Dr.^a Janaína de Mendonça Fernandes
Universidade Federal de Alfenas MG

Prof.^a Dr.^a Vanessa Tavares de Jesus Dias
Universidade Federal de Alfenas MG

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me sustentar até aqui, minha família e amigos que me sempre me apoiaram nessa caminhada e principalmente ao Professor Luiz Antonio Staub Mafra por toda paciência e dedicação na construção desse trabalho.

RESUMO

Quando se pensa em uma pandemia, logo se imagina que as grandes cidades são as mais afetadas por haver uma grande circulação de pessoas, mas é preciso levar em consideração que as pequenas cidades também passam por dificuldades em situações semelhantes. Carmo da Cachoeira é uma cidade do sul de Minas Gerais com um pouco mais de 12 mil habitantes, segundo o IBGE. A cidade é pertencente ao grupo que a economia denomina como “setor primário de produção” e também foi afetada pela Pandemia. Com o objetivo de fazer uma análise sobre como a pandemia afetou os pequenos produtores da cidade, mais especificamente o abastecimento alimentar e os chamados circuitos curtos de comercialização. Este trabalho apresenta uma pesquisa de levantamento de dados qualitativos, através de entrevistas com pessoas ligadas à área de estudo: produtores que fazem parte da agricultura familiar da cidade e os principais resultados apontaram que no início houve muito medo por parte da população e comerciantes, porém estes não sofreram maiores danos, pois se apoiaram nas políticas públicas existentes e se adaptaram às novas formas de trabalho.

Palavras-chave: risco de desabastecimento; agricultura familiar; agricultura na pandemia.

ABSTRACT

When one thinks of a pandemic, one soon imagines that large cities are the most affected because there is a large circulation of people, but it is necessary to take into account that small towns also experience difficulties in similar situations. Carmo da Cachoeira is a city in the south of Minas Gerais with a little more than 12,000 inhabitants according to IBGE. The city belongs to the group that the economy calls the "primary sector of production" and was also affected by the Pandemic. With the objective of making an analysis on how the pandemic affected the small producers of the city, more specifically the food supply and the so-called short circuits of commercialization. This paper presents a qualitative data collection research, through interviews with people related to the area of study: producers who are part of the family agriculture of the city and the main results pointed out that at first there was a lot of fear on the part of the population and traders, but these did not suffer greater damage, because they relied on existing public policies and adapted to new forms of work.

Keywords: risk of shortage; family farming; agriculture in the pandemic.

Sumário

Sumário.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Objetivos.....	8
1.1.1 Objetivo geral.....	8
1.1.2 Objetivos específicos.....	8
2 METODOLOGIA.....	8
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
3.1 O que são políticas públicas?.....	10
3.1.1 Políticas públicas voltadas à agricultura familiar.....	11
3.1.2 O desmonte das políticas públicas.....	14
3.2 Segurança alimentar desenvolvida pela agricultura familiar.....	16
3.2.1 Processo de expansão da agricultura familiar.....	18
3.2.2 Feiras livres.....	21
3.3 A Pandemia do Covid 19.....	22
3.3.1 Os impactos sofridos na agricultura familiar.....	22
3.4 Estudo de Caso.....	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
5 REFERÊNCIAS.....	29
6 ANEXO ENTREVISTAS ROTEIRO.....	29

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, na cidade de Wuhan na China surgia os primeiros casos de corona vírus. Através de estudos das pessoas doentes foi encontrada a presença do vírus SARS-CoV-2, o principal causador da doença Covid 19. Logo em 2020 foi decretada pandemia mundial pela ONU devido a rápida propagação do vírus.

O Brasil foi um dos principais atingidos por esse vírus, acarretando crises em diversas áreas principalmente na saúde pública. Logo no início da pandemia foi decretada quarentena em muitas cidades brasileiras onde conseqüentemente houve o fechamento da maior parte do comércio, a suspensão das aulas nas instituições de ensino, a proibição de atividades e eventos que concentrassem grande número de pessoas, reduzindo o nível de atividade econômica por todo o país, impactando diversos setores produtivos.

Quando se pensa em uma pandemia, logo se imagina que as grandes cidades são as mais afetadas por haver uma grande circulação de pessoas, mas é preciso levar em consideração que as pequenas cidades também passam por dificuldades em situações semelhantes. Através desse estudo se observa como pequenas cidades do interior foram afetadas mesmo com muito pessoas acreditando que sequer o vírus chegariam até elas.

Carmo da Cachoeira é uma cidade do sul de Minas Gerais com um pouco mais 12 mil habitantes, segundo o IBGE. A cidade é pertencente ao grupo que a economia denomina como “setor primário de produção”. De modo que, a atividade agrícola é a principal fonte de renda.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Carmo da Cachoeira a primeiro caso confirmado de Covid 19 na cidade ocorreu no dia 03 de Abril de 2020, sendo um caso confirmado e um caso suspeito. Após sua ocorrência o medo do desconhecido surgiu, e muitas pessoas se perguntavam como uma doença que veio do outro lado do mundo teria chegado até lá. Para muitas pessoas, se deparar com o comércio “lacrado” de um dia para o outro simbolizava uma cena de terror pois era algo que nunca havia ocorrido, principalmente em uma cidade de interior como em Carmo da Cachoeira.

Justifica-se a produção deste estudo, porque trabalhos sobre cidades de pequeno porte no que se refere à economia ainda são escassos e compreender fenômenos conforme os apresentados acima é de relevância tanto para a academia quanto para formuladores de políticas públicas.

O presente TCP busca fazer uma análise sobre como a situação de pandemia tem afetado os pequenos produtores da cidade que exercem a agricultura familiar. O estudo tem em seu escopo a seguinte questão norteadora: Carmo da Cachoeira sofreu os efeitos da Pandemia da Covid 19 na sua principal atividade econômica?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo do presente estudo é fazer uma análise sobre como a situação de pandemia afetou os pequenos produtores da cidade de Carmo da Cachoeira, uma pequena cidade localizada no sul de Minas Gerais e compreender como a pandemia do Covid 19 afetou o abastecimento alimentar e os chamados circuitos curtos de comercialização, comprometendo os preços, seja de insumos para produção ou a venda dos mesmos.

1.1.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral este estudo partirá dos seguintes objetivos específicos:

- Apontar como a pandemia da Covid-19 afetou o abastecimento alimentar e os chamados circuitos curtos de comercialização.
- Discutir como uma política pública efetiva pode evitar o desabastecimento nas pequenas cidades em situações adversas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa de levantamento de dados qualitativos, através de entrevistas com pessoas ligadas à área de estudo: produtores que fazem parte da agricultura familiar da cidade, o representante da Emater-Mg e a responsável pelo funcionamento da feira na cidade. A escolha do método foi uma forma de buscar entender como os circuitos curtos de comercialização são importantes para a cidade e como a pandemia afetou seu funcionamento através de diferentes visões. Devido a atual situação de pandemia, foram encontradas dificuldades para realização das entrevistas, logo foram feitas adaptações utilizando recursos como *Whatsapp* ou *Facebook*, ligação telefônica, etc. Com exceção de apenas uma entrevista presencial assim mantendo a segurança de todos os envolvidos.

Foram realizadas cinco entrevistas dentre eles com produtores rurais, responsáveis por

órgãos públicos e pessoas à frente da feira livre da cidade. Além de pesquisa bibliográfica e documental.

Godoy (1995) explica que a pesquisa qualitativa não se preocupa apenas com números, mas busca compreender o fato ou objeto de estudo sob a perspectiva do sujeito. A autora coloca ainda que para a pesquisa qualitativa, é importante que o pesquisador vá a campo e capte o fato a partir do olhar das pessoas envolvidas, de modo que além da entrevista em si, pode utilizar de diversas ferramentas como fotos, filmagens, jornais etc.

Merriam (1998, p. 5) trata a pesquisa qualitativa como “um conceito guarda-chuva, cobrindo diversas formas de investigação que nos ajudam a entender e explicar o sentido dos fenômenos sociais com o mínimo de ruptura dos contextos naturais”. Sendo assim é preciso considerar o real cenário em que os fenômenos ocorrem antes de interpretá-los. É necessário perceber também que a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos a partir olhar que os indivíduos têm dos fatos.

Através das entrevistas foi possível compreender como a pandemia mudou completamente a vida das pessoas, como foi preciso realizar adaptações para as coisas continuarem a funcionar. Essas entrevistas foram feitas através de perguntas com respostas livres para poder compreender a realidade de cada entrevistado que apesar de estarem na mesma área de trabalho cada um possui sua necessidade específica, os entrevistados eram produtores rurais da cidade que vivem da agricultura familiar como forma de sustento e trabalho, as entrevistas levaram um pouco mais de um mês devido as dificuldades encontradas. Para melhor entendermos como a pandemia tem afetado a vida dos pequenos produtores foram realizadas entrevistas que mostram a realidade de pessoas com diferentes funções dentro da agricultura familiar. A agricultura familiar está presente na vida dos entrevistados seja como maneira de ganhar seu sustento ou para próprio consumo.

O presente estudo foi dividido em três seções:

A primeira seção apresenta o levantamento bibliográfico sobre o tema políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Neste ponto buscou-se artigos acadêmicos de relevância para o tema nas plataformas Google Acadêmico e Scielo.

Os critérios de inclusão e exclusão foram: artigos em língua portuguesa ou inglesa, originais publicados em revistas conceituadas de administração pública, agricultura familiar, políticas públicas, economia, publicações de órgãos governamentais e textos completos disponíveis.

A segunda seção apresenta uma pesquisa realizada com agricultores da feira de Carmo da Cachoeira no Estado de Minas Gerais para levantamento de dados primários sobre o desabastecimento durante a pandemia da Covid-19, onde os dados foram utilizados para a elaboração do estudo.

A terceira seção traz uma análise e uma discussão acerca do tema proposto para

responder o objetivo inicial dessa pesquisa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O que são as Políticas Públicas?

As políticas públicas são uma série de processos que buscam resolver um ou vários problemas públicos. Considera-se que a área de políticas públicas teve quatro grandes fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936, apud CELINA SOUZA, 2006, p.23) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957 apud CELINA SOUZA, 2006, p.23) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios

Lindblom (1959; 1979 apud CELINA SOUZA, 2006, p.24) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

A autora Celina Souza (2006) diz:

Temos política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou

curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 13).

Nesse sentido Easton (1965 apud CELINA SOUZA, 2006, p.24) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

3.1.1 Políticas públicas voltadas à agricultura familiar

A sociedade moderna é marcada pelas diferenças sociais, muitas vezes construídas através de valores, ideias e interesses diferentes. Para sobrevivência e progressão o conflito deve ser mantido dentro dos limites administráveis e dois fatores são responsáveis para criação dos mesmos: a coerção (pressão feita pela sociedade) e a política. O uso da coerção pura e simples traz inúmeros problemas sociais, além do que, quanto mais utilizada, mais reduzido se torna seu impacto, e mais elevado se torna seu custo. Resta então, como opção socialmente mais responsável, a política. A política traz a coerção como uma possibilidade, mas não se limita a ela. (RUA, Maria das Graças, 2009).

Para Stock et al. (2017):

As políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos (STOCK et al. 2017, p.82).

Para Altafin (2005, p.3) “a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade”. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família. “Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família” (ALTAFIN, 2005, p.3).
Através dessa ótica para Denardi

(2001) “um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social.”

Cabe salientar que no Brasil há uma vasta extensão de terra e por ser um país predominantemente agrícola, a priori é possível pensar que toda a formação das propriedades rurais e do modo de cultivo sejam os mesmos. No entanto, a formação das pequenas propriedades rurais se diferenciam de acordo com localidade, tipo de solo e escolha do produto a ser cultivado. Conforme os anos vão passando e a indústria avança na criação de maquinário agrícola e também na modernização de técnicas, é perceptível a necessidade de políticas que atinjam agricultores familiares. (STOFFEL; COLOGNESE, 2005).

Observe que até o início da década de 1990, não existia nenhuma política pública no Brasil, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995, é a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. O Pronaf é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Suas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil, liderados pela Contag e, no caso da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar. (DENARDI, 2001. p.58).

O Pronaf é um programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo. Ele é composto por diversas linhas de crédito.

Quadro 1: Linhas de Crédito PRONAF.

Pronaf Custeio	Financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Microcrédito Rural	Atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das

	atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida.
Pronaf Agroecologia	Financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento
Pronaf Mulher	Linha oferecida especialmente para as mulheres. Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.
Pronaf Eco	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo.
Pronaf Agroindústria	Financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
Pronaf Semiárido	financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agros ecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
Pronaf Jovem	Financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 e 29 anos. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais.
Pronaf Floresta	financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros.
Pronaf Cota-Parte	Financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Fonte: Banco central do Brasil (2013) Elaboração do autor.

O Programa da aquisição de alimentos (PAA) faz parte de uma das ações do programa Fome Zero do governo federal, tem como finalidade garantir o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional promovendo a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. Ele foi criado em 2003 e atualizado pela Lei nº 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores. Seus beneficiários são Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

“O PAA além de beneficiar os agricultores familiares que encontram dificuldades de escoamento de sua produção, passa a garantir sua inserção no comércio local, uma vez que eleva o poder aquisitivo dessa parcela da

população rural. Denota-se ainda o aquecimento da economia dos municípios que implementam o programa” (STOCK et al., 2017. p.85).

Assim, o Programa se torna um fortalecedor do mercado interno, melhora a dieta das famílias e garante a demanda dos alimentos produzidos na agricultura familiar.

Por fim, temos o Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE) Instituído pela Lei no. 11.947/2009, o PNAE prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. É alimento fresco e de qualidade na alimentação escolar. É garantia de geração de renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local. A compra é feita por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. O programa possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar. São inúmeras as vantagens trazidas pelo programa, por exemplo: beneficia os agricultores familiares; dinamiza a economia local; maior sustentabilidade via circuitos curtos de comercialização, valoriza os produtos regionais. Ele é uma importante ferramenta na garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento local.

3.1.2 O desmonte das políticas públicas

O desmonte das políticas é um tema amplo na ciência política e sociologia política, ele representa um tipo de regressão da democracia.

Vários fatores podem causar um momento crítico e levar ao fim de uma política pública. Bauer et. al. (2013) nos trazem alguns desses:

- 1) Fatores externos: por exemplo uma crise financeira internacional, a onda neoliberal;
- 2) Oportunidades e constrangimentos institucionais: natureza do sistema eleitoral, configuração dos partidos políticos, decisão do tribunal constitucional;
- 3) Fatores situacionais: resultado do ciclo de eleições, decisão de uma autoridade supragovernamental, etc.

Além dos fatores, Bauer et al (2003) também nos apresenta quatro ideais tipo de estratégia de desmantelamento, que se articulam em torno de duas dimensões:

1. Em que medida a decisão de desmantelamento é ou não tomada de forma deliberada e consciente, consubstanciada numa decisão formal

2. Em que medida os governantes pretendem esconder ou publicitar as atividades de desmantelamento.

O desmantelamento por defeito é marcado pela ausência da tomada de decisão formal (para não alertar opinião pública) e pela baixa visibilidade na redução do nível dos serviços existentes. Ele é adotado quando os custos da decisão podem ser altamente negativos para os governantes (BAUER et al, (2012) apud ARAÚJO, 2017, p.143).

O desmantelamento por mudança de área consiste em mudar a arena de uma política para agências mais fracas (o outro setor com prioridade mais baixa dessa política) evitando assim os custos do processo. Existe uma tomada de decisão formal, mas com baixa visibilidade e pelo tanto baixo custo político (BAUER et al, (2012) apud ARAÚJO, 2017, p.143).

Quando as decisões de desmantelamento geram grandes benefícios para os governantes é chamado de desmantelamento simbólico, geralmente acarretam em constrangimentos institucionais que tornam difícil a formalização do mesmo (BAUER et al, (2012) apud ARAÚJO, 2017, p.144). Importa que a intenção de desmontar seja clara e diretamente atribuída aos formuladores de políticas. As declarações políticas não levam necessariamente a feitos e resultados, mas permanecem simbólicas. Podem ser o resultado de restrições institucionais, da heterogeneidade das preferências das partes interessadas, mas também de mecanismos de manipulação da opinião pública pelos tomadores de decisão.

Quando os governantes estão convictos de que as ações de desmantelamento são a decisão mais apropriada e vantajosa para eles e os interesses que defendem, quer por razões políticas e eleitorais, quer por razões ideológicas, é chamado de O desmantelamento ativo. Apresenta obviamente constrangimentos institucionais, mas os benefícios da decisão são superiores aos custos decorrentes. O processo tem grande visibilidade com forte preferência por excluir publicamente uma política dada ou um conjunto de instrumentos. Pode ser recompensador para os formuladores de políticas devido a fortes demandas ou a posições ideológicas marcadas ou até extrema (BAUER et al, (2012) apud ARAÚJO, 2017, p.144).

3.2 SEGURANÇA ALIMENTAR DESENVOLVIDA PELA AGRICULTURA FAMILIAR

Para a explicação do termo utilizaremos conceitos apresentados pelo Caderno “Segurança Alimentar” escrito pelos autores Maluf, Renato Sérgio Jamil, Menezes, Francisco e Marques, Susana Bleil:

O termo “Segurança Alimentar” passou a ser muito utilizado após a Primeira Guerra Mundial, através do cenário trazido pela guerra era possível perceber que um país poderia dominar o outro controlando seu abastecimento de alimentos. Assim, a alimentação seria uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de autossuprimento de alimentos. (MALUF et al, 2000. p.1)

Nesse sentido, o termo “segurança alimentar” remete à ideia de que um povo só está em segurança efetiva, quando é capaz de garantir que independentemente da condição adversa, a alimentação estará assegurada. Maluf et al colocam que:

O entendimento de que a questão alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção manteve-se até a década de setenta. Na Primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974, em um momento em que os estoques mundiais de alimentos estavam bastante escassos, com quebras de safra em importantes países produtores, a ideia de que a Segurança Alimentar estava quase que exclusivamente ligada à produção agrícola era dominante. Isto veio, inclusive, a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde. Procuravam se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou - embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde- e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial (MALUF et al, 2000. p.1).

A problemática abordada pelos autores aponta diversos problemas no que se refere à segurança alimentar. Além da vulnerabilidade diante de outros países, ainda há os gastos e investimentos que os governos precisam dispor para minimizar estas questões. A saúde, a segurança, o desenvolvimento e até a defesa de um país podem estar comprometidos por conta do problema da fome. Existem órgãos internacionais que monitoram a alimentação e a agricultura. A priori as pessoas podem ser levadas a acreditar que países com vastas extensões de terra e com grande capacidade produtiva não sofram com a fome. No entanto, não é que se observa.

A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) estima que, presentemente, um total de 800 milhões de pessoas passa fome, continuamente, em todo o mundo. A maior parte dessas pessoas está localizada nas partes mais pobres do planeta, em especial na África, alguns países da Ásia e da América Latina. Mas deve também ser registrado o crescimento de bolsões de miséria e fome, mesmo em países desenvolvidos. Embora a fome e a desnutrição, sejam as manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar, e a incapacidade de acesso aos alimentos a sua principal causa, outros aspectos devem também ser considerados, de maneira que se identifiquem as condições necessárias para que prevaleçam melhores condições alimentares, seja nos planos locais e nacionais ou no plano global (MALUF et al, 2000. p.2).

Como podemos observar acima, a segurança alimentar é muito importante para a garantia de uma vida digna livre de fome, dando à população a garantia de alimentos através de um processo nutritivo sustentável. Porém diversos fatores a afetam de maneira direta, como: mudanças climáticas, degradação dos solos, escassez hídrica, poluição, explosão demográfica, falhas de governança, crises sanitárias e socioeconômicas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a insegurança alimentar (o oposto da segurança alimentar) pode se dividir em três níveis de ocorrência: leve, moderada e aguda.

A leve diz respeito à falta de disponibilidade de alimentos, seja devido a fatores temporários como mudanças climáticas, mudanças na economia, etc. A moderada ocorre quando a disponibilidade de alimentos se torna limitada afetando assim a qualidade nutricional. Aguda é quando a indisponibilidade de alimentos acaba tornando zero a alimentação (IBGE, 2010).

No Brasil podemos observar altos casos de insegurança alimentar por ser um país onde há grande desigualdade devido a fatores econômicos, sociais, falhas do governo, etc.

Durante o período de pandemia o isolamento, falta de emprego dificultou cada vez mais o acesso a uma alimentação saudável sendo assim foram criadas medidas de emergência que buscavam dar um apoio a população que se encontrava em situação desfavorável.

O jornal Nexo realizou uma pesquisa no fim do ano de 2020 onde a fala do cientista político Luciano Rennó nos diz:

A pandemia de covid-19 chega no mundo e, em particular, no Brasil, no momento de redução da nossa capacidade de resposta estatal, dada a fragilidade fiscal do nosso país e de uma economia que dava passos muito lentos e muito graduais de recuperação, mas com ainda aprofundamento da pobreza e da desigualdade. Isso é uma consequência, quase uma lei que nós vivemos quando temos crises econômicas: os setores mais pobres da

nossa sociedade são os que mais sentem. E sentem de forma mais imediata e rápida e são os que levam mais tempo para se recuperar desse processo (RENNÓ apud PELLEGRINI, 2021).

Trazendo o caso específico da cidade de Carmo da Cachoeira foi criado junto ao governo municipal e estadual maneiras de trazer alimentos saudáveis a mesa da população, principalmente de crianças e jovens estudantes de escolas públicas, onde durante o período de isolamento social eram ofertadas cestas com alimentação básica para se viver e também eram incluídas nessas cestas verduras, frutas, algo que muitos desses alunos só tinham acesso quando se alimentavam na escola. Podemos observar a importância da agricultura familiar quando há a parceria dos pequenos produtores da cidade junto ao governo municipal para a oferta desses alimentos. Assim, observamos a luta que o PNAE enfrenta para que seja garantida a alimentação desses alunos, além de que essa parceria traz a valorização dos pequenos produtores que acabaram sendo muito afetados pelo período de pandemia.

Diante do exposto é possível afirmar que a alimentação é um direito de todos (constitucional) e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar buscam garantir esses direitos à população. Sem essas políticas, pode haver o aumento da vulnerabilidade para pessoas menos favorecidas municípios do interior.

3.2.1 Processo de expansão da agricultura familiar

A expansão da agricultura familiar se deu através do processo do êxodo rural que é marcado pela migração de pessoas do campo para a cidade, suas causas podem estar associadas a diversos fatores como avanço da tecnologia, busca por melhores condições de vida, entre outros. Observamos que esse processo está ligado a formação da agricultura familiar.

Duas vertentes as quais trazem uma delimitação sobre o conceito de agricultura familiar “uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.” (ALTAFIN, 2017, p.1).

Utilizaremos a visão de Abramovay para entendermos a primeira vertente:

Uma agricultura familiar inteiramente integrada ao mercado capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não podem ser nem de longe caracterizada como camponesa. A própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico que se desenvolve” O autor nos traz a ideia que há uma diferença nos conceitos de agricultura familiar, onde a origem está presente nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais de cada civilização (ABRAMOVAY, 1992. p. 22-23).

O autor nos traz a ideia que há uma diferença nos conceitos de agricultura familiar, onde a origem está presente nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais de cada civilização.

Já na segunda vertente a agricultura familiar mantém uma tradição camponesa que se adapta às novas exigências da sociedade. Para uma breve explicação utilizaremos os estudos de Narareth Wanderley dentro do caso brasileiro, onde ela afirma que mesmo com toda modernização o agricultor familiar não perde seus costumes e mantém sua forma de trabalho:

Guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas nunca resolvidos, como porque, fragilizado nas condições da modernização brasileira, continuar a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1999. p.52)

Segundo o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS ,2016):

Em 2008, a população urbana mundial superou em número a população rural pela primeira vez na história. Até 2030, espera-se que 60 por cento da população mundial esteja a viver em cidades. Esse processo de urbanização está intimamente ligado ao crescimento da pobreza urbana e da insegurança alimentar. Por isso, a FAO alertou esta semana para a necessidade da nutrição e o acesso à alimentação serem incluídas no planejamento das cidades (PNPAS, 2016. S.P.).

Beltran (1995) contradiz a lógica de que o êxodo rural “libertaria” as pessoas do atraso do mundo rural e as conduziria à luz e à liberdade da cidade:

Sem planejamento, as cidades não tiveram a capacidade (ou não foram preparadas) para receber e atender as demandas dessa crescente população por educação, saúde, moradia, saneamento básico e de oportunidade de ocupação e geração de renda, inconvenientemente as cidades e os seus sistemas econômicos não conseguem torná-las economicamente ativas, assim, não dispendo das condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades socioculturais e de qualidade de vida (SEQUEIRA et al, 2014. p.16).

Para Braga (et al., 2007) “A ideia de sustentabilidade urbana é uma ferramenta fundamental na aproximação das temáticas ambiental e urbana, a qual

se consolidou ao longo da década de 90.’’

Nesse contexto “há a necessidade que os espaços urbanos adotem processos sustentáveis de modo a diminuir a pressão crescente sobre os mesmos.” (NEWMAN; JENNINGS, 2008)

A agricultura familiar é a grande responsável para que os alimentos cheguem à mesa dos brasileiros. Diferente dos outros tipos de agricultura pois sua gestão é feita por membros de uma família e os alimentos produzidos são a principal renda dessa família. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 80% de toda a comida do planeta venha desse tipo de produção. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos para os brasileiros. Ela é composta por pequenos produtores rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de diversos gêneros alimentares, como milho, mandioca, feijão, arroz entre outros.

De acordo com IBGE (2018) o censo agropecuário realizado em 2017 apontou que 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como sendo de agricultura familiar. A concentração desse tipo de produção é maior nas regiões norte, nordeste e em alguns pontos da região sul do país. Os estados de Pernambuco, Ceará e Acre possuem a maior concentração de agricultura familiar por área no país, enquanto os estados do Centro-Oeste e São Paulo, são as regiões que possuem menores níveis de concentração.

O censo agropecuário de 2017 do IBGE aponta ainda que a agricultura familiar no país é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Os homens representam 81% dos produtores, e as mulheres 19%. A faixa etária de 45 e 54 anos é a que mais concentra agricultores e apenas pouco mais de 5% deles completaram o ensino superior (IBGE 2018).

Podemos observar que a agricultura familiar é a base da sobrevivência de diversas famílias em nosso país e que ela é muito importante para movimentação da economia também. Mas como a agricultura familiar tem se feito presente na vida dos brasileiros? Como é feita a venda de produtos produzidos pela agricultura familiar? A pandemia do Covid 19 afetou a vida desses produtores de alguma maneira? Todas essas perguntas serão respondidas no próximo tópico onde apresentarei as feiras

livres que são locais onde os produtores podem divulgar e vender seus produtos e até criar parcerias para o desenvolvimento dessas vendas e produção.

3.2.2 Feiras livres

Para começarmos a refletir sobre esse tema utilizaremos estudos de Minnaert, Ana Cláudia de S. Teles (2003, p.3):

As feiras livres, mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. No Brasil, como em outras sociedades, as feiras são espaços ricos culturalmente. Em geral, afastadas dos setores mais abastados das cidades, elas estão mais próximas das camadas populares, nas áreas periféricas e hoje servem mais a esta população.

A feira livre pode ser considerada um local de apoio para os pequenos produtores principalmente de cidades do interior, pois além da venda de seus produtos acaba se tornando algo cultural, porque as pessoas que ali vivem passam a acrescentar em suas rotinas a compra de produtos que são oferecidos e assim buscando uma qualidade de vida melhor. Ela faz parte de uma construção histórica onde os laços criados vão além de comerciais, são criados laços de amizade entre feirantes e população. Dentro das feiras livres, costumes regionais podem ser preservados. Elas promovem a agricultura familiar pois através delas os pequenos produtores conseguem vender e compartilhar seus produtos garantindo alimento de qualidade da população.

Os circuitos curtos de comercialização, notadamente as feiras livres, têm se mostrado estrategicamente promissores no propósito de efetivar o escoamento da produção de muitos agricultores familiares. As feiras livres são caracterizadas por ocorrerem em espaços públicos e com periodicidade, são locais onde ocorrem trocas de mercadorias entre produtores, além de propiciar o escoamento da produção agrícola local. Nas feiras ocorre a proximidade nas relações comerciais, há contato direto entre produtor e consumidor, vivência, tradição e cultura (SILVA et al. 2017,p.8).

A questão a ser pensada é: mesmo com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é garantido o apoio do governo aos pequenos produtores? Durante o período de pandemia esse apoio se manteve?

Podemos dizer que pandemia do Covid 19 foi algo que impactou de forma negativa os produtores rurais pois preços de insumos aumentaram, o contato com os clientes se tornou limitado, sendo necessário encontrar maneiras de se adaptar à nova realidade. O governo federal buscou medidas para minimizar esses impactos

como a criação do auxílio emergencial.

3.3 A PANDEMIA DO COVID 19

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde) a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Outros sintomas menos comuns e que podem afetar alguns pacientes são: perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas. Segundo Alvarenga et. Al. (2021) foi em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou seu surto, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Em novembro de 2021 foi designado a variante da Covid 19 B.1.1.529 como uma variante de preocupação denominada Ômicron. Sua característica principal é o grande número de mutações. Também são existentes outras variantes de preocupação em circulação: Alfa, beta, gama e delta.

Assim a melhor forma de controlar a circulação do COVID19- diminuir a possibilidade de novas mutações é evitar a exposição ao vírus e se vacinar com todas as doses necessárias segundo o protocolo de vacinação, continuar o uso de máscaras, manter a higiene das mãos, evitar aglomerações, evitar ao máximo o contato com muitas pessoas, principalmente em lugares fechados.

4.3.1 Os impactos sofridos na agricultura familiar

A pandemia trouxe à população uma sensação de medo pois ainda era algo desconhecido. A doença possuía alto contágio o que necessitava medidas de prevenção cada vez mais rígidas. O isolamento social era uma das principais medidas que foram tomadas, o que acabou mudando completamente o dia a dia das pessoas: comércio fechado, aulas suspensas, atividades que reunia grande número de pessoas também foram suspensas.

Na agricultura familiar não foi diferente, o isolamento exigiu adaptações por parte dos produtores para que fossem mantidas as atividades exercidas sem que fossem afetadas de maneira significativa.

Embora os impactos da crise financeira e alimentar afetem tanto a população rural quanto a urbana, os pobres urbanos têm sofrido maior impacto dentre os afetados, os consumidores urbanos dependem quase exclusivamente de compras de alimentos, e as variações nos preços de alimentos e na renda, traduzem-se diretamente em menor poder de compra e no aumento dos níveis de insegurança alimentar, o que compromete a quantidade e a qualidade dietética, segundo Blanchemanche et al. (2000).

A agricultura está entre as principais vocações econômicas de muitos espaços urbanos e metropolitanos. Sua proximidade com o mercado consumidor faz dela uma atividade dotada de grande potencial de crescimento e os benefícios, relacionados são múltiplos e envolvem notadamente questões como saúde, nutrição, combate à pobreza, saneamento, valorização da cultura local, educação ambiental e podem contribuir bastante para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Segundo Catia Grisa:

Os impactos da pandemia foram imediatos, atingindo a agricultura familiar e diversos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social. As primeiras medidas dos governos federal, estaduais e municipais envolveram fechamento de estabelecimentos comerciais, restaurantes, proibição de realização de feiras, restrições para circulações municipais e interestaduais, e suspensão das aulas presenciais no Ensino Básico e nas universidades. Várias dessas medidas causaram forte impacto, afetando a comercialização da agricultura familiar. Milhares de agricultores viram seus canais de comercialização ser fechados ou muito reduzidos, praticamente de um dia para o outro, sejam restaurantes, sejam feiras (várias delas continuam suspensas até hoje), ou ainda a paralisação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (GRISA 2020. Informação verbal).

Carmo da Cachoeira apesar de ser uma cidade do interior também teve que passar por mudanças no modo de vida de seus habitantes. Os produtos vindos da agricultura familiar que estavam presentes na feirinha precisavam de ser de alguma forma vendidos para manter o ganho de seus produtores, o modo de venda, de entrega e divulgação dos mesmos tiveram que ser reinventados, de certa maneira a tecnologia foi uma grande aliada durante esse momento. No próximo tópico essa realidade será melhor observada através de entrevistas com pessoas que passaram a viver essa realidade.

3.4 CASO ESTUDADO

O cenário atual traz grandes preocupações tanto a saúde pública quanto na economia. A agricultura como vários outros setores econômicos teve que passar por adaptações para se manter de pé como a forma de venda dos produtos oferecidos ou a forma de divulgação dos mesmos. Novas medidas de higiene e prevenção passaram a ser tomadas por aqueles que ainda conseguiam fazer a venda de seus produtos presencialmente, outros passaram a contar com a ajuda da tecnologia para vendas online, tudo para não deixar esse setor tão importante em nosso país parar.

Segundo dados da Secretaria Agricultura e da Emater Carmo da Cachoeira é uma cidade com aproximadamente 12.300 habitantes, com uma média de 700 produtores rurais e os principais produtos produzidos são milho, café, soja, trigo, laranja, abacate, ou seja, horticultura em geral.

Em 2020 o Brasil passou por uma grande crise na saúde pública. Com a chegada do novo coronavírus foram adotadas medidas de urgência pois a cada dia o número de infectados crescia. Muitas cidades decretaram quarentena com o fechamento da maior parte do comércio, a suspensão das aulas nas escolas públicas e privadas e a proibição de atividades e eventos que aglomerem grande número de pessoas reduziram o nível de atividade econômica por todo o país, impactando diversos setores produtivos.

Com o isolamento social, algumas questões passaram a ser levantadas, por exemplo, como garantir a oferta de alimentos em quantidade e qualidade suficientes à população. Logo, a discussão sobre a importância da agricultura, seu apoio e proteção passaram a surgir.

O João (nome fictício), representante da EMATER nos traz uma reflexão sobre a maneira que a pandemia tem afetado o mundo de um modo em geral:

A pandemia não afetou apenas os produtores, ela afetou nosso planeta de um modo todo, por exemplo, as indústrias, por exemplo, de ferro e aço paralisaram e com isso a agricultura acabou sendo afetada pelos altos preços das máquinas e equipamentos que são necessários para se produzir o alimento. A pandemia trouxe um pouco de medo aos consumidores de uma forma geral então os produtos frescos que passavam nas portas das casas que os agricultores vendiam de porta em porta passaram a ser vendidos apenas 10% do que era vendido, então no começo da pandemia (março, abril e maio) foi baixíssimo o consumo desses alimentos frescos e a população em si passou a consumir mais arroz e feijão, ou seja produtos básicos, que antes da pandemia era consumidos também porém de uma forma mais amena, porque as vezes a pessoa queria fazer um fast food estava na rua ele passou a fazer e seu almoço era um lanchinho algo mais rápido e a janta também, porém agora muitos estão trabalhando com home office e o consumo de arroz e feijão passou a ser extremamente maior, passando de 30 a 35 % de aumento do consumo desses produtos e como no Brasil nosso polo de produção dessa área de produtos como arroz e feijão

(cereais básicos da nossa alimentação) então esse arroz acabou reduzindo sua participação nas bancas dos mercados e hoje temos esse acréscimo absurdo nos preços saindo de R\$15,00 para R\$26,00 R\$27.000,00 juntamente para os consumidores diminuïrem a sua compra para que todos sejam atendidos porque a demanda aumentou e a produtividade se mantinha no mesmo patamar a 20 30 anos de empreendimento.

Maria (nome fictício) representante da feira livre também traz sua opinião sobre a forma o mundo foi afetado:

A produção não, mas as vendas caíram nos 3 primeiros meses em cerca de 60% e agora estamos passando por um alta nos insumos o que acaba aumentando os preços.

As feiras livres acabaram sendo prejudicadas pois com o isolamento social as aglomerações eram proibidas, assim limitando o fluxo de clientes e cada vez aumentando os preços para a produção, que foi um dois maiores questionamentos levantados pelos entrevistados.

Pode se dizer que os programas de políticas públicas voltadas à agricultura familiar também sofreram consequências sendo necessário a adaptação. Muitos alunos faziam suas principais refeições na escola pois lá eram oferecidos alimentos saudáveis e os mesmos passavam período integral na escola mas com a suspensão das aulas isso se tornou limitado. Como uma forma de driblar essa dificuldade, foram criados “kit merenda” tanto pelo governo estadual quanto pelo municipal, onde eram ofertados alimentos para a alimentação básica incluindo verduras e frutas frescas vinda da parceria com agricultores familiares da cidade promovendo uma alimentação saudável mesmo com os alunos afastados algo que era de extremamente importante.

Nutrir-se vai muito além da prática de satisfazer a fome. A nutrição é um componente crucial do desenvolvimento e da saúde humana. Sabe-se que uma alimentação equilibrada e saudável está relacionada, dentre outras coisas, a concepção, a gestação, a recuperação no puerpério e ao aleitamento materno apropriado. Além disso, está envolvida com o crescimento adequado na infância, melhor resposta imune, menor risco de desenvolvimento de doenças, e a uma expectativa de vida maior. Deste modo, uma dieta saudável e equilibrada é capaz de promover a saúde, bem como prevenir doenças. (DE GOIS et al., 2020. p.91).

A alimentação foi algo que sofreu mudanças durante o período de pandemia, seja por conta do isolamento social ou pela preocupação de uma alimentação saudável, João (representante da Emater) nos fala um pouco sobre:

A pandemia trouxe um pouco de medo aos consumidores, de uma forma geral então os produtos frescos que eram vendidos nas portas das casas ser vendidos apenas 10% do que era vendido. No começo da pandemia

(março, abril e maio) foi baixíssimo o consumo desses alimentos frescos e a população em si passou a consumir mais arroz e feijão, ou seja, produtos básicos, que antes da pandemia eram consumidos também porém de uma forma mais amena, porque as vezes a pessoa queria fazer um fast food estava na rua ele passou a fazer e seu almoço era um lanchinho algo mais rápido e a janta também, porém agora muitos estão trabalhando com home office e o consumo de arroz e feijão passou a ser extremamente maior.”

Através das entrevistas foi possível compreender como a pandemia mudou completamente a vida das pessoas, como foi preciso se adaptar para as coisas continuarem a funcionar, para melhor entendermos como a pandemia tem afetado a vida dos pequenos produtores, foram realizadas entrevistas que mostram a realidade de pessoas com diferentes funções dentro da agricultura familiar. A agricultura familiar está fortemente presente na vida dos entrevistados, seja como maneira de ganhar seu sustento ou para próprio consumo.

Os circuitos curtos de comercialização, notadamente as feiras livres, têm se mostrado estrategicamente promissores no propósito de efetivar o escoamento da produção de muitos agricultores familiares. As feiras livres são caracterizadas por ocorrerem em espaços públicos e com periodicidade, são locais onde ocorrem trocas de mercadorias entre produtores, além de propiciar o escoamento da produção agrícola local. Nas feiras ocorre a proximidade nas relações comerciais, há contato direto entre produtor e consumidor, vivência, tradição e cultura (SILVA et al, 2017 p.2).

A entrevistada Ana (Nome Fictício) é uma jovem produtora que vive com sua família na zona rural e tem como principal fonte de renda a agricultura e plantio de café. A agricultura familiar está presente em sua alimentação e também na renda:

Fazemos a venda a pessoas da cidade, mas não participamos da feira livre. Trabalhei também em outros setores, mas atualmente é minha principal renda. As pessoas procuram as verduras direto da roça por serem mais saudáveis e muitas vezes vendemos por um preço melhor que no mercado. [...]

O entrevistado Pedro (Nome fictício) é um jovem feirante, com 23 anos a prática da agricultura familiar traz um complemento a sua renda e de sua família. A pergunta chave para a entrevista foi de que forma a pandemia afetou a vida dos agricultores familiares, quais foram as principais mudanças e como eles lidaram com as mesmas:

“O preço dos insumos para o plantio tem aumentado cada dia, acho que por causa da procura por alimentos saudáveis que aumentou durante a quarentena, as pessoas têm buscado cuidar mais da saúde.”

Mesmo que Carmo da Cachoeira seja uma cidade pequena há o apoio de órgãos públicos aos produtores. A feira livre seria uma forma de apoio e valorização dos mesmos e crescer os circuitos curtos de comercialização, ou seja, valorização

da produção local. O Entrevistado João (representante da Emater) nos fala um pouco sobre:

A feira livre vem complementar o trabalho da extensão e os programas institucionais (PAA e PNAE). Esse excedente da produção, ou seja, esse projeto tem janelas, pois tem as férias dos alunos logo não há entregas e o produtor tem o produto sobrando logo a feira livre vem complementar o projeto. E esses agricultores também participam das feiras livres ajudando complementar a renda mensal e automaticamente a população também se beneficia com esse trabalho de feirinha onde os produtos chegam à mesa do consumidor com preços um pouco mais baratos e com produtos mais frescos para o dia a dia.

A prática da Agricultura Familiar em parceria com a feira livre é uma forma de garantir alimentos frescos e de boa qualidade à população. É de extrema importância uma alimentação saudável principalmente durante esse período pois garante o fortalecimento da imunidade. É possível observar que além de contribuir para a economia e desenvolvimento local a agricultura familiar é importante para a saúde.

Mesmo com a população ainda receosa é necessário a adaptação a esse novo cenário, pois assim os pequenos agricultores poderão manter suas vendas que em maior parte geram seu sustento também poderão contribuir de maneira positiva para a alimentação da população. Carmo da Cachoeira por ser uma cidade pequena precisa de atenção para evitar o surto do vírus.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os circuitos curtos de comercialização são de extrema importância para o município de Carmo da Cachoeira pois trazem uma forma de valorização e incentivam a produção local. Por sua economia ser voltada em maior parte a atividades do meio rural, posso observar que há uma necessidade de maior atenção aos pequenos produtores familiares. No período anterior a pandemia essa forma de comercialização ajudava a economia da cidade a crescer cada vez mais e os produtores obterem os resultados esperados. As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, embora não sejam cem por cento eficazes, ajudam a fortalecer esse meio de trabalho tão presente em pequenos municípios, elas incentivam a prática da agricultura familiar e traz apoio as feiras livres.

Esses circuitos curtos de comercialização buscam criar uma maior conexão

entre os produtores e consumidores. A pandemia afetou diretamente os agricultores familiares da cidade, pois o isolamento social, o distanciamento acabou dificultando a comercialização dos seus produtos.

Para não serem afetados de maneira extrema foi necessário que os produtores se adaptassem e criassem maneiras diversas de manterem suas vendas e produção em movimento e levar a mesa dos consumidores alimentos saudáveis e garantir saúde nesse período que ela merece ainda mais atenção. Também foi preciso que aprendessem a lidar com o aumento no preço dos insumos.

Essa adaptação pode trazer uma parte positiva no período pós pandemia, pois os produtores aprenderam a lidar com diversos meios de comunicação para a venda de seus produtos, logo quando tudo voltasse à normalidade seriam novos aliados, pois poucas pessoas possuem acesso à feira ou conhecem os produtores locais. Logo, a internet, por exemplo, seria um meio de expandir a venda local ou até mesmo criar meios de comunicação e divulgação dos produtos produzidos ali na cidade mesmo diminuindo a necessidade de muitas vezes as pessoas se deslocarem para cidades vizinhas ou procurarem comércios maiores em busca de produtos de melhor qualidade ou mais baratos.

Sugere-se ainda um estudo futuro, com dados que possam quantificar os danos econômicos ocorridos durante a pandemia da covid 19 para a população que sobrevive da agricultura na cidade de Carmo da Cachoeira.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec / ANPOCS / UNICAMP, 275 p.,1992

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília, 2005,18p. Disponível em:

<<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/ CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: < <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2022.

ALVARENGA, Alexandre Andrade et al. Desafios do Estado brasileiro diante da pandemia de COVID-19: o caso da paradiplomacia maranhense. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00155720, 2021.

ARAÚJO, Luísa. Michael W. Bauer e outros (2012), Dismantling Public Policy. Preferences, Strategies And Effects. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 84, p. 141-144, 2017.

BARTRINA, J. A.;SERRA-MAJEM, L; PEREZ-RODRIGO, C; RIBAS-BARBA, L; DELGADO-RUBIO, A. Nutrition risk in the child and adolescent population of the Basque country: the enKid Study.British journal of nutrition, v. 96, n. S1, p. S58-S66, 2006.

BAUER, Michael. W.; JORDAN, Andrew; GREEN-PEDERSEN, Christoffer; HERITIER, Adrienne. Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies and Effects, Oxford: Oxford University Press, 2013.

BELTRAN, J. Hacia un imaginario de desarrollo sostenible. In: A la búsqueda de ciudades sostenibles. SEMINARIO ESPECIALIZADO; ENCUENTRO INTERNACIONAL 85

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J.G.L.; MIERZWA, J.C.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.;EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual do crédito rural, jul. 2013. BRASIL.

<https://www.carmodacachoeira.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/411/confirmado-primeiro-caso-de-covid-19/> > Acesso em: 16 abril 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança Alimentar 2004-2009. 2010. IBGE. Censo Agropecuário 2017. [Rio de Janeiro, 2018]. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

DE GOIS, Bárbara Paixão et al. Suplementação e alimentação adequada no contexto atual da

pandemia causada pela Covid-19. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. Especial-3, p. 89- 96, 2020.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRISA, Catia. Entrevista concedida à Revista IDEAS. Abastecimento, segurança alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto da pandemia do novo coronavírus. *Revista IDEAS*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-19, e020002, jan./dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agro. Resultados definitivos. 201. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html> Acesso em: 01 de jan. 2021.

LINDBLOM, Charles E. "Still Muddling, Not Yet Through", *Public Administration Review* 39: 517-526. 1979

LINDBLOM, Charles E. "The Science of Muddling Through", **Public Administration Review** 19: 78-88. 1959.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno “segurança alimentar”. **Paris: Fhp**, 2000.

MARENCO, Daniel. No Brasil, 84,9 milhões de pessoas estão com fome ou em insegurança alimentar. **IG Economia**. 2021. Disponível em: < <https://economia.ig.com.br/2021-08-19/fome-inseguranca-alimentar-no-brasil.html>> Acesso em: 23 jan. 2022.

MINNAERT, ANA CLÁUDIA DE S. TELES: A feira livre sob um olhar etnográfico - 2003

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from " Case Study Research in Education."**. Jossey-Bass Publishers, 350 Sansome St, San Francisco, CA 94104, 1998.

NEWMAN, P.; JENNINGS, I. *Cities as Sustainable Ecosystems. Principles and Practices*. Washington, DC: Island Press, 2008.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19. **Paho.org**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em: 15 de jan. 2022.

PELLEGRINI, Aline. Qual o quadro de insegurança alimentar no Brasil da pandemia. **Nexo Jornal**. 2021. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/13/Qual-o-quadro-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil-da-pandemia>> Acesso em: 20 dez. 2021.

PIERRI, M. C. Q. M. & VALENTE, A. L. E. F. (2015) A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. In: *53º Congresso de Economia e Sociologia Rural*. Alagoas.

PITAGUARI, S. O.; LIMA, J. Ferrera de. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005.

SEQUEIRA, Gisela Romariz et al. Agricultura urbana e periurbana no Curuçambá em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém: perspectivas e desafios. 2014.

SILVA, Monica Nardine et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, p. 7, 2017.

SOUZA, Celina. "Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa", **Caderno CRH** 39: 11-24. 2003.

STOCK, Andrei; PIONTKEWICZ, Simone Caroline; SCHIOCHET, Valmor. Programas governamentais e manutenção da agricultura familiar: o território rural do Alto Vale do Itajaí. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 6, n. 11, p. 77-100, 2017.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. Formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná: potencialidades e obstáculos. *Cadernos de Economia*, Chapecó, v. 9, n. 16, p. 25-42, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2ª ed.

Anexo: Roteiro entrevista

Entrevista com Maria (Nome fictício) organizadora e responsável pela feira.

c) Como a feirinha contribui para a agricultura do nosso município?

Ela oferece produtos frescos e com preços melhores trazendo melhor reconhecimento aos nossos agricultores.

d) Ela é um tipo de apoio aos produtores que praticam a agricultura familiar?

Sim, pois eles podem oferecer seus produtos.

e) No seu ponto de vista qual a importância da feirinha para nosso município?

Incentivar o pequeno e médio produtor de horte-frutti em geral

f) Você acha que a pandemia afetou os produtores de alguma forma?

A produção não, mas as vendas caíram nos 3 primeiros meses em cerca de 60% e agora estamos passando por um alta nos insumos o que acaba aumentando os preços.

Entrevista com João (Nome fictício), representante Emater

Qual o papel da EMATER na agricultura do nosso município

A Emater possui uma extensão, chamada extensão rural que é um trabalho onde os pequenos e médio (em algumas ocasiões os grandes) produtores são procurados, trabalhamos com o global do município e todos os assuntos relacionados a agricultura. Trabalhamos com milho, feijão, soja, capina para animais, pecuária. Ou seja, trabalhamos em todos os pilares da agricultura, inclusive a cafeicultura. E em contrapartida também trabalhamos com o crédito rural que seria o financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos, construções rurais (inclusive casas, reformas e tudo mais). Então nosso papel no município é trabalhar em prol do agricultor dando orientação, orientação em relação ao meio ambiente e melhor qualidade de vida, tanto para o agricultor quanto para sua família.

Ela exerce algum tipo de apoio aos produtores que praticam agricultura familiar?

Ela exerce um apoio fortíssimo na questão da agricultura familiar, hoje nas políticas públicas participamos do PAA(programa de aquisição de alimentos) que são os alimentos fornecidos pelos agricultores em prol dos asilos, creches e entidades carentes e também temos o PNAE que é o programa de alimentação escolar onde os agricultores também participam vendendo seus produtos nessas modalidades. Esse é um projeto pequeno em nosso município, atende na faixa de 7 a 10 produtores por ano, por que nosso carro-chefe no município é a cafeicultura e acaba que a horticultura que é o carro-chefe nesse ramo de alimentos tem um quadro pequeno de produtores, porém participamos em todo tipo de apoio oferecendo ajuda, distribuimos através do programa minas sem fome sementes de milho, feijão, mudas de frutas. Tudo

depende do programa governamental e a gente como empresa estatal transferimos os programas para os municípios e para os pequenos agricultores que tem interesse em trabalhar com as modalidades que são ofertadas.

3. Qual a importância da feirinha para nosso município?

Ela vem complementar o trabalho da extensão e os programas institucionais (PAA e PNAE). Esse excedente da produção, ou seja, esse projeto tem janelas, pois tem as férias dos alunos logo não há entregas e o produtor tem o produto sobrando logo a feira livre vem complementar o projeto. E esses agricultores também participam das feiras livres ajudando complementar a renda mensal e automaticamente a população também se beneficia com esse trabalho de feirinha onde os produtos chegam a mesa do consumidor com preços um pouco mais baratos e com produtos mais frescos para o dia a dia.

4. De que forma a pandemia afetou os produtores?

A pandemia não afetou apenas os produtores, ela afetou nosso planeta de um modo todo, por exemplo, as indústrias, por exemplo, de ferro e aço paralisaram e junto a isso a agricultura acabou sendo afetada pelos altos preços das máquinas e equipamentos que são necessários para se produzir o alimento, por exemplo: as máquinas agrícolas que atualmente estavam na faixa de R\$80.000,00 a R\$100.000,00 atualmente está na faixa de R\$14.000,00 a R\$180.000,00 então isso dificulta muito a aquisição de máquinas e equipamentos, mas, em contrapartida, a pandemia trouxe um pouco de medo aos consumidores de uma forma geral então os produtos frescos que passavam nas portas das casas que os agricultores vendiam de porta em porta passaram a ser vendidos apenas 10% do que era vendido, então no começo da pandemia (março, abril e maio) foi baixíssimo o consumo desses alimentos frescos e a população em si passou a consumir mais arroz e feijão, ou seja, produtos básicos, que antes da pandemia era consumido também porém de uma forma mais amena, porque as vezes a pessoa queria fazer um fast food estava na rua ele passou a fazer e seu almoço era um lanchinho algo mais rápido e a janta também, porém agora muitos estão trabalhando com home office e o consumo de arroz e feijão passou a ser extremamente maior, passando de 30 a 35 % de aumento do consumo desses produtos e como no Brasil nosso polo de produção dessa área de produtos como arroz e feijão (cereais básicos da nossa alimentação) então esse arroz acabou reduzindo sua participação nas bancas dos mercados e hoje temos esse acréscimo absurdo nos preços saindo de R\$15,00 para R\$26,00 R\$27.000,00 juntamente para os consumidores diminuírem a sua compra para que todos sejam atendidos porque a demanda aumentou e a produtividade se manteve no mesmo patamar a 20 30 anos de empreendimento. Então a pandemia afetou todos os produtores, alguns positivamente como soja, milho e cafeicultura.

Hoje um saco de soja está na faixa de R\$150,00 e preço básico da soja sempre foi de 60 a 80 reais ,O feijão na faixa de R\$350,00 até R\$500,00 e seu preço básica era de 150 até 250 reais, ou seja, dobrou. A cafeicultura vendia os sacos que estava nos preços médios de 450 400 reais passou para 600 reais também teve um acréscimo, por que a pessoa passou a tomar mais café em casa, ou seja, houve um aumento no consumo. A pandemia de uma forma geral afetou alguns produtores positivamente aumento o valor de venda de seus produtos.

Porém a parte de horticultura não houve um acréscimo tão grande de preços porquê passou se no início da pandemia perder muitos produtos e agora nesse caminhar da pandemia os produtos estão sendo regularizados novamente pois estamos aprendendo a viver a pandemia de uma forma mais amena, ou seja, a máscara passou a parte do nosso dia a dia, o nosso não contato físico passou a ser distante então acabamos perdendo muito a parte de humanidade, então além dos produtores perderem o espaço ainda perdeu uma parte da humanidade que era muito importante no nosso dia a dia, mas vamos ver o lado bom e imaginar que estamos vivendo e vamos encarar como chances de novas oportunidades.